
3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidorias das
Defensorias Públicas do Brasil – CNODP

4ª Formação continuada da Rede de Defensoras e Defensores dos
Territórios Tradicionais e Fundação da Rede de Defensoras e
Defensores dos Territórios Tradicionais ANTONIETA DE BARROS

Data: 16 de julho de 2026

CARTA POLÍTICA DE SANTA CATARINA — Justiça Climática e Diálogos de Saberes



Nós, Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil, Ouvidorias-Gerais e Defensorias Públicas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) e da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), e da Rede de Defensoras e Defensores dos território e maretório tradicionais, Rede Marangatu, UDESC, UNISUL e lideranças de Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro e Povos e Comunidades Tradicionais dos três estados do Sul, reunidos em Florianópolis entre os dias 13 e 16 de julho de 2026, declaramos:

A 3ª Reunião Ordinária do CNODP e a 4ª Edição da Formação Continuada da Rede de Defensoras e Defensores dos território e maretório tradicionais, aqui no Sul batizada de Antonieta de Barros, foram realizadas sob o chamado da Justiça Climática e do Acesso à Justiça, tendo como horizonte o Bem Viver, o resgate cultural, ancestral e espiritual dos Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Povos Ciganos, Caiçaras e Povos e Comunidades Tradicionais e a construção de mecanismos permanentes de escuta, participação, proteção territorial e incidência institucional.

Este encontro parte do reconhecimento de que os Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Povos Ciganos, Caiçaras e Povos e Comunidades Tradicionais têm direito à elaborar e incidir em todos os processos de tomada de decisão que se relacionem aos seus territórios de uso, vivência e modo de vida, e não apenas tratados como público-alvo de políticas públicas, objeto de pesquisa ou presença simbólica em espaços institucionais. Suas lideranças, organizações e territórios são sujeitos políticos, produtores de soluções climáticas, conhecimento, guardiões de memórias, modos de vida, espiritualidades, práticas comunitárias, tecnologias sociais e formas próprias de relação com a terra, as águas, as florestas, os rios, o mar e os demais seres que compõem a vida. Tais estratégias devem ser reconhecidas e potencializadas pelas instituições e pelo Estado para a elaboração coletiva de soluções para garantir o Bem Viver.

A ciência nos alerta: o segundo semestre de 2026 impõe um cenário crítico. O super El Niño que se anuncia, combinado ao avanço acelerado do aquecimento global, projeta eventos climáticos extremos — secas prolongadas, enchentes devastadoras, perda de território e biodiversidade e colapso de modos de vida. Atingirá com mais dureza exatamente quem mais protege a natureza e ainda vive em situação de vulnerabilidade: os Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Povos Ciganos, Caiçaras e Povos e Comunidades Tradicionais. Não há justiça climática sem justiça social, regularização fundiária de territórios indígenas e tradicionais e enfrentamento ao racismo ambiental.

Nesse contexto apenas a demarcação dos territórios indígenas, titulação dos territórios quilombolas e regularização, inclusive fundiária, das demais comunidades tradicionais, conforme a realidade de cada povo e comunidade, possibilitam que o acesso à justiça seja uma prática efetiva e não um discurso vazio.

A resposta a esse desafio não virá de um único saber. A ciência isolada, sem o território, produz diagnóstico sem ação. A luta das comunidades, sem articulação institucional, produz resistência sem escala. E a justiça, quando não é construída com quem vive o território, vira papel engavetado.

Nesses dias de trabalho, aprendemos com o projeto Pescadoras de Autonomia, Igualdade e Sustentabilidade e com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, coordenados pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, que quando a ciência, a justiça e os território e maretório tradicionais trabalham juntos, algo maior acontece: as soluções se tornam possíveis e a saúde planetária avança.

Por isso, afirmamos que o diálogo de saberes é o caminho: a troca horizontal entre o conhecimento jurídico-científico-tecnológico e os saberes ancestrais dos Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Povos Ciganos, Caiçaras e Povos e Comunidades Tradicionais gera soluções que nenhum dos dois produziria sozinho — e realiza uma justiça que não é apenas distributiva, mas epistêmica, territorial e climática.

Este modelo — Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, Defensorias, Ouvidorias-Gerais, Fiocruz, lideranças de Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Povos Ciganos, Caiçaras e Povos e Comunidades Tradicionais, instituições de ciência, tecnologia e inovação e território lado a lado — não é uma ideia. É um método testado, que apresenta respostas concretas para a crise climática e constrói cenários de futuro onde a vida vencer.

Reafirmamos nosso compromisso de atuar de forma articulada nos três estados do Sul, fortalecendo a escuta ativa, a incidência política e a proteção dos territórios e maretório tradicionais. Que esta carta seja lida não como um documento, mas como um alerta e uma direção: o futuro se constrói com quem sempre cuidou do planeta Terra.

Florianópolis, 16 de julho de 2026.



3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

JUSTIÇA CLIMÁTICA E ACESSO À JUSTIÇA:

O Bem Viver no Centro do
Resgate Cultural, Ancestral
e Espiritual
movido pelos Povos e
Comunidades Tradicionais

13-16 DE JULHO DE 2026



OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E
SAUDÁVEIS DA BACIA DA



MULHERES
PESCADORAS



SUS



REIS MARANGATU



CNPq

MINISTÉRIO DA
SAÚDE



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



MINISTÉRIO DAS
MULHERES

